

EDITORIAL

Gestão Municipal: desafios contemporâneos

Marcos Arcanjo de Assis¹

Marcela Emediato²

A Revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências, em sua edição v.3, n.2 apresenta o Dossiê Especial “Gestão Municipal: Desafios Contemporâneos”, que reúne reflexões e análises sobre o papel estratégico das administrações locais no Brasil. Consideramos oportuno lançar luz a estas reflexões em um semestre marcado pelas eleições municipais do ano de 2024. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a gestão municipal tem assumido um protagonismo crescente na implementação de políticas públicas, enfrentando desafios e oportunidades associados à descentralização administrativa e à ampliação dos direitos de cidadania.

Passadas quase quatro décadas, os desafios evoluíram, assim como as estratégias para enfrentá-los, evidenciando a importância de uma análise contínua e atenta dessas transformações. Nesse contexto, tanto as pesquisas que identificam os obstáculos, quanto os estudos que mapeiam soluções, têm um papel crucial ao revelarem iniciativas criativas, solidárias e intersetoriais para lidar com problemas sociais, políticos e econômicos.

É nesse cenário que esse dossiê se insere, oferecendo análises do cenário contemporâneo da gestão municipal no Brasil. A edição destaca como as transformações econômicas, sociais e ambientais globais têm impactado as administrações locais, exigindo a adoção de estratégias inovadoras e adaptáveis, muitas vezes desafiando estruturas e arcabouços vigentes. Assim, os artigos abordam desde debates teóricos sobre planejamento urbano, como a revisão dos Planos Diretores e o papel dos municípios no pacto federativo, até estudos de caso sobre iniciativas concretas. Além disso, são discutidos desafios históricos, como as políticas territoriais em Minas Gerais, e temas contemporâneos, como a capacidade burocrática para implementação de políticas públicas e a gestão de riscos e desastres. Dessa forma, busca-se abrir reflexões sobre caminhos possíveis para fortalecer a gestão municipal diante das complexas dinâmicas de disputa de interesses da sociedade atual.

O dossiê especial inicia-se com a entrevista com Heloisa Soares de Moura Costa, professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, realizada por Marcos Arcanjo de Assis e Gabriel Mattos Ornelas. A especialista em planejamento urbano discute sobre as alternativas possíveis e necessárias para combinar sustentabilidade ambiental e emancipação humana no âmbito dos

¹ Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas. Doutor em Ciências Políticas. marcos.assis@fjp.mg.gov.br

² Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestra e doutoranda em Economia. marcela.oliveira@fjp.mg.gov.br

municípios. Também apresenta os limites práticos de se conciliar o planejamento com a implementação, dada a necessidade de conciliação entre interesses públicos e os agentes privados na arena pública.

O artigo “O pacto federativo na Constituição Federal de 1988 e o papel dos municípios na descentralização administrativa contemporânea”, de Daniel Marcelo Parreiras Soares e Raphael Machado de Castro, constrói um balanço em torno da reconfiguração do pacto federativo na Constituição. O foco do texto recai sobre o protagonismo das administrações locais, a busca pela redução das desigualdades regionais e os desafios emergentes nesse processo. A pesquisa destaca como a municipalização trouxe avanços importantes, especialmente na prestação de serviços básicos como saúde e educação, fortalecendo a conexão entre a administração pública e as demandas locais. No entanto, os autores chamam a atenção para as desigualdades persistentes, como a dependência financeira, as limitações administrativas e a predominância de gastos operacionais em detrimento de investimentos sociais, com consequências mais severas para os micro e pequenos municípios. Apontam ainda para a necessidade de reformas estruturais que considerem o fortalecimento de mecanismos de colaboração regional e a diferenciação no tratamento de municípios com capacidades distintas, seguindo-se com as reformas legais e institucionais.

O segundo artigo é intitulado “Planos Diretores e seus Desafios: Sustentabilidade, Inclusão e Articulação com a Gestão Municipal”, escrito por Ana Paula Salej Gomes e Maria Izabel Marques do Valle. Sua contribuição para o debate sobre este instrumento de planejamento urbano municipal é imediato tendo em vista que o prazo para revisão dos Planos Diretores se aproxima. O texto analisa a evolução do planejamento urbano no Brasil, destacando marcos fundamentais como a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade em 2001, explorando as mudanças e interpretações sobre o que deveria ser incorporado nas políticas de planejamento, argumentando sobre a necessidade equilibrar interesses para tornar possível a implementação do tripé: sustentabilidade, gestão democrática do acesso à terra e participação popular. Assim, destaca a importância de os Planos Diretores envolverem ampla participação popular e negociações entre os diversos atores municipais, como empreendedores, gestores públicos e cidadãos, o que tem se colocado como desafio significativo para técnicos e gestores na elaboração desses planos.

Por sua vez, Magnus Luiz Emmendoerfer, Alessandro Carlos da Silva-Junior, Jorge Leal da Silva, Anthony Alves da Rocha Turner e Paulo Aguiar de Andrade Lima Neto apresentam um ensaio que analisa os conceitos de estrutura organizacional (EO) e arranjo institucional (AI) à luz do paradigma do Novo Serviço Público. O artigo, intitulado “Estrutura Organizacional e Arranjo Institucional: Contributos do Novo Serviço Público para a Gestão Municipal” propõe que as políticas e serviços públicos sejam projetados para atender às necessidades dos cidadãos e para facilitar o exercício de seus direitos. Assim, os autores desenham caminhos possíveis para a aplicação dos conceitos no âmbito da

gestão municipal, de modo a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas locais mais eficazes, transparentes e participativas.

Já o artigo “Políticas públicas territoriais em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX: debates científicos e a gestão das emancipações e dos limites municipais” de Renato Somberg Pfeffer, Aliane Maria Motta Baeta e Mariana Oliveira Cruz analisam as principais iniciativas geográficas e cartográficas realizadas em Minas Gerais entre a extinção da Comissão Geográfica e Geológica (CGG), em 1898, e sua reestruturação na década de 1920. O estudo aborda as políticas públicas territoriais do estado, com destaque para a gestão das emancipações e dos limites municipais, contextualizando-as em um cenário de intensas disputas sub-regionais e desigualdades agravadas pela implementação do federalismo. Para eles, essas políticas são ferramentas relevantes para a concretização de determinados projetos políticos, refletindo a valorização de determinados campos científicos e metodologias na gestão do território. Assim, o texto apresenta uma investigação histórica essencial, refletindo sobre os princípios que fundamentaram a construção dessas políticas durante a transição dos séculos XIX e XX, período crucial para a formação econômica e social do Brasil e de Minas Gerais, oferecendo subsídios para análises atuais sobre demandas e configurações territoriais ainda presentes.

Saindo de Minas Gerais, o quinto manuscrito, de autoria de Rachel Macena, Manuela Torres, Lucas Santos e Stella Martins, analisa a implementação do PDPA, um programa criado em 2020 pela parceria entre a Prefeitura de Niterói, a Universidade Federal Fluminense e a Fundação Euclides da Cunha. O texto, intitulado “Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA): Projetos Efetivos e Inovadores para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável de Niterói” busca integrar pesquisa acadêmica, extensão universitária e gestão pública para solucionar problemas da cidade, alinhando-se ao plano estratégico “Niterói que Queremos 2013-2033” e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dessa forma, traz uma importante reflexão sobre o papel da extensão universitária em conexão com a gestão pública municipal, incentivando novas parcerias e possibilidades de soluções para desafios urbanos e entrelaçamentos entre comunidade, universidade e gestão, colaborando para a construção de referências e novas experiências similares.

Em “Análise Comparativa do Transporte Público em Betim e Belo Horizonte: Infraestrutura, Custos, Acessibilidade e Desafios de Integração de Políticas de Sustentabilidade sob Perspectivas de Melhorias”, Felipe Junior de Souza Tavares, Julia Sabrina Peixoto de Souza, Marian Pereira Alves Trindade, Pedro Henrique Lima Nunes e Rogeres Gabriel Camargos exploram as disparidades entre os sistemas de transporte público das duas cidades, abordando aspectos de infraestrutura, custos e acessibilidade. Comparando os dois municípios, os autores debatem a questão da mobilidade urbana metropolitana, muitas vezes deixada de lado em análises sobre o tema, evidenciando desigualdades na política de mobilidade urbana e apontando caminhos para o enfrentá-las.

Os últimos dois artigos trabalham com o conceito de capacidade municipal para pensar os desafios enfrentados por diferentes regiões do Brasil na implementação de políticas públicas. O primeiro, “A Capacidade Burocrática de Municípios Mineiros das Mesorregiões Sul/Sudoeste e Jequitinhonha e a Implementação Descentralizada de Políticas Públicas em Educação, Saúde e Assistência Social” foi escrito Raquel Viana, Luca Matteo Gomes de Lira e Wallerson Chaves da Fonseca. O texto analisa os fatores que influenciam a capacidade desse grupo de municípios mineiros em implementar políticas públicas descentralizadas, considerando o marco do Novo Pacto Federativo, as desigualdades regionais e os desafios na formação e capacitação da burocracia local. Segundo os autores, além da insuficiência numérica de servidores estatutários em diversos municípios, existem barreiras relacionadas à adequação das metodologias de capacitação, à falta de estímulo para a formação continuada e à resistência a mudanças. A partir da análise, destacam a necessidade de políticas para superar tais desafios e fomentar uma administração pública capaz de reduzir desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida da população, colocando uma importante reflexão para a gestão.

Por fim, em “Gestão Municipal de Riscos e Desastres: Análise das Capacidades de Prevenção, Preparação e Resposta em Três Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS”, Luciana Leite Lima, Roberta Cardoso Piedras, Ana Victória Benvilaqua Comin, Camila Cafarate Nunes, Laura Eduarda Mallmann Kieling empregam o conceito de capacidade estatal no enfrentamento de desastres, tendo como referência o evento hidrológico extremo enfrentado pelo estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Assim, os autores constroem um diagnóstico sobre aspectos a serem aprimorados para aumentar a efetividade das ações de gestão de riscos nos municípios analisados, principalmente ao identificarem as principais fragilidades, trazendo informações relevantes para reelaboração da atuação da gestão municipal frente a eventos extremos.

Dessa maneira, esse volume reforça a relevância da administração pública local em um ano marcado por eleições municipais, quando o debate sobre políticas públicas e capacidades estatais das cidades torna-se ainda mais necessário. Esperamos que as contribuições apresentadas inspirem gestores, acadêmicos e cidadãos a construir cidades mais inclusivas, sustentáveis e democráticas.

Desejamos uma excelente leitura!